



O Subdesenvolvimento em André Gunder Frank

Felipe dos Santos Brizolla¹
Ruan Mazza Kastrup Carneiro Rehen²

Resumo

Este texto apresenta uma resenha crítica da obra fundamental de André Gunder Frank, que contesta as interpretações dualistas e desenvolvimentistas sobre a América Latina. O autor defende a tese de que o subdesenvolvimento não é um estágio anterior ao capitalismo, mas um produto histórico e necessário do próprio sistema capitalista global. Através da estrutura analítica "metrópole-satélite", Frank demonstra como a expropriação do excedente econômico das periferias sustenta o crescimento dos centros hegemônicos. A resenha percorre as análises históricas do Chile e do Brasil presentes no livro, destacando a crítica de Frank ao suposto "feudalismo" rural brasileiro e sua contribuição para a gênese da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Conclui-se que a obra permanece essencial para compreender a natureza estrutural da dependência latino-americana na contemporaneidade.

Palavras chave: André Gunder Frank, Desenvolvimento do Subdesenvolvimento, Estrutura Metrópole-Satélite, Teoria da Dependência, Economia Política Latino-Americana.

El Subdesarrollo en André Gunder Frank

Resumen

Este texto presenta una reseña crítica de la obra fundamental de André Gunder Frank, la cual desafía las interpretaciones dualistas y desarrollistas sobre América Latina. El autor sostiene la tesis de que el subdesarrollo no es una etapa previa al capitalismo, sino un producto histórico y necesario del propio sistema capitalista global. A través del marco analítico "metrópoli-satélite", Frank demuestra cómo la expropiación del excedente económico de las periferias sustenta el crecimiento de los centros hegemónicos. La reseña recorre los análisis históricos de Chile y Brasil presentes en el libro, destacando la crítica de Frank al supuesto "feudalismo" rural brasileño y su contribución a la génesis de la Teoría Marxista de la Dependencia (TMD). Se concluye que la obra sigue siendo esencial para comprender la naturaleza estructural de la dependencia latinoamericana en la contemporaneidad.

Palabras clave: André Gunder Frank, Desarrollo del Subdesarrollo, Estructura Metrópoli-Satélite, Teoría de la Dependencia, Economía Política Latinoamericana.

¹ Estudante do curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA-UFSC). felipebrizolla.ufsc@gmail.com

² Estudante do curso de graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA-UFSC). ruanmazzak@gmail.com

Underdevelopment in André Gunder Frank

Abstract

This text provides a critical review of André Gunder Frank's seminal work, which challenges dualistic and developmentalist interpretations of Latin America. The author argues that underdevelopment is not a stage prior to capitalism, but a historical and necessary product of the global capitalist system itself. Through the "metropole-satellite" analytical framework, Frank demonstrates how the expropriation of economic surplus from the peripheries sustains the growth of hegemonic centers. The review covers the historical analyses of Chile and Brazil featured in the book, highlighting Frank's critique of Brazil's alleged rural "feudalism" and his contribution to the genesis of the Marxist Dependency Theory (MDT). It concludes that the work remains essential for understanding the structural nature of Latin American dependency in contemporary times.

Key words: André Gunder Frank, Development of Underdevelopment, Metropoly-Satellity Structure, Dependency Theory, Latin America Political Economy.

Entre os meses de setembro e outubro de 2025 o Observatório de Estudos Latino-Americanos (OLA) - grupo de leitura que estuda clássicos do pensamento crítico latino-americano, sendo uma iniciativa do Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA) do departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - realizou o estudo e discussão coletiva da obra “Capitalismo e Subdesenvolvimento na América Latina: Estudos históricos do Chile e Brasil” de André Gunder Frank, publicado pela Editora Insular no ano de 2025, livro inédito até então no idioma português.

A obra reúne uma série de artigos e ensaios escritos por André Gunder Frank durante a década de 1960, enquanto residia na América Latina, tendo sido publicada sua primeira edição em inglês em 1967 pela Monthly Review Press, em Nova York. A versão em espanhol, *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*, teve sua primeira tradução completa em 1969 e uma edição pela Ediciones Era, no México, em 1973. Seu terceiro estudo, "O Desenvolvimento do Subdesenvolvimento no Brasil", é resultado de uma série de palestras realizadas por Frank na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) em 1965, menos de um ano após o golpe civil-militar brasileiro.

Em “Capitalismo e Subdesenvolvimento na América Latina: Estudos históricos do Chile e Brasil” Gunder Frank trilha aqueles caminhos que viriam dar origem a Teoria Marxista da

Dependência. Em franco debate com as formulações teóricas

“nacional-desenvolvimentistas” dos pensadores da CEPAL, em um cenário de crise do sistema de substituição de importações - onde residia o substrato material do pensamento cepalino e das políticas reformistas da época - Frank polemiza com os modelos de desenvolvimento propostos para América Latina. Para ele o desenvolvimento capitalista na América Latina era o seu próprio subdesenvolvimento, exemplificado por sua expressão “impecável” - segundo Ruy Mauro Marini - do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Assim, a análise do autor alemão parte do pressuposto do capitalismo enquanto uma realidade totalizante, onde os caminhos trilhados por diferentes países não são independentes uns dos outros sob esse manto das relações capitalistas de produção. A sacada do autor está em caracterizar de maneira dialética o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, sendo o segundo a contrapartida necessária do primeiro, engendrada por vínculos de dependência que limitam os horizontes possíveis na periferia.

Gunder Frank caracteriza o subdesenvolvimento enquanto uma realidade própria, distinta qualitativamente do desenvolvimento e apresentando sua própria dinâmica, seu próprio movimento. Essa realidade é determinada historicamente, pertencendo única e exclusivamente ao desenvolvimento do capitalismo desde o fim da idade média e portanto, sua compreensão passa por avaliar a dinâmica capitalista ao longo de seu desenvolvimento histórico e extrair dela princípios gerais que correspondam a suas características mais elementares. Deve-se enfatizar a distinção também do subdesenvolvimento para o “não-desenvolvimento”, sendo o primeiro um estágio dinâmico e ativo, pertencente a um todo em movimento que ao partir de reações comerciais e de produção mais avançadas e que ao encampar uma parcela considerável da superfície do planeta nestas reações de produção irradia processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento que são manifestações espelhadas um do outro, gestadas pelo movimento da totalidade. Já o não-desenvolvimento ou, que em alguns casos poderia-se chamar de sociedades estagnadas, seriam aquelas que ainda não teriam se integrado a esse todo dinâmico, sendo suas relações sociais de produção totalmente indenes, como dos povos originários americanos antes da conquista, dos africanos subsaarianos antes da colonização ou até mesmo dos Europeus da época de Homero para com o Oriente próximo e, claro, o leste asiático.

A visão canônica da época tratava o desenvolvimento como um processo de etapas universais a serem cumpridas, um caminho contínuo no qual o pólo inferior converte-se no superior por meio do desenvolvimento quantitativo do produto. Nessa linha estreita de raciocínio, o subdesenvolvimento persistente explicaria-se tão somente pela ausência de relações econômicas capitalistas. Resquícios feudais seriam a cortina de ferro a impedir que o

livre desenvolvimento das riquezas materiais chegasse aos países que não haviam recebido a luz divina do mercado.

Nas suas mais variadas formas, tais interpretações ignoravam a natureza interna do fenômeno, ao ignorarem o caráter evidente do capitalismo na periferia, marcada a ferro e forro por relações de mercado, desde sua gênese enquanto tal.

A análise do “herege” é, portanto, materialista e sua teoria será desenvolvida a par de uma elucidação histórica da vinculação do satélite latinoamericano ao centro metropolitano correspondente (em um primeiro momento europeu e depois norte-americano).

Sua teoria do subdesenvolvimento destaca este como uma expressão particular e necessária do desenvolvimento capitalista, em todas as suas esferas, não sendo uma etapa para se alcançar o desenvolvimento. Ele teria sido engendrado com o passado colonial, quando o capital mercantil europeu necessitava de centros extrativos e produtores de matérias primas para suas mercadorias vendidas internamente ou usadas para comprar as finas manufaturas e especiarias do oriente. Nesse sentido, suas possessões no novo mundo foram fundadas enquanto um apêndice da economia metropolitana, destinadas a satisfazer os interesses da metrópole. Esses satélites ao complementar a economia e as necessidades de seu centro metropolitano estariam submetidos a uma série de restrições que limitariam seu horizonte de atuação, dependendo da metrópole para manter suas atividades em funcionamento, visto que estas giravam em torno do da economia europeia, ou seja, o setor externo. Esse vínculo de dependência decorrente da conquista, seria o ponto de partida para o desenvolvimento do subdesenvolvimento que assolaria a região e que ao mudar durante a caminhada histórica do modo de produção capitalista manteria suas estruturas fundamentais intactas. O autor ressalta o caráter dialético da relação, onde os vínculos de dependência que estabelecem a condição do subdesenvolvimento em primeiro lugar são estreitados com o desenvolvimento deste ao longo do tempo, tornando-se mais agudos.

Sendo essa uma característica inata do modo de produção capitalista, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento seriam como almas gêmeas, o espelho um do outro.

A polarização metrópole satélite é a relação fundamental onde os vínculos de dependência atuam e o excedente do satélite é apropriado pela metrópole de maneira sistemática. A expropriação e a apropriação do excedente fora a causa e a razão da colonização em primeiro lugar e mesmo com o fim da era colonial, o capitalismo de livre comércio se apropriou da riqueza gerada no satélite de maneira ainda mais acentuada e até “limpa”, vez que a coerção característica das relações coloniais cede espaço para as relações entre nações livres, correspondente aos seus respectivos lugares na divisão internacional do trabalho. Aqui cabe um

primeiro parêntese, Marini criticou Frank por justamente não diferenciar adequadamente o período colonial do período dependente, ou seja, certas nuances desta transição ficaram em aberto.

Tal polarização, segundo Gunder Frank, percorre toda uma cadeia dinâmica de relações que abarcam o conjunto da sociedade, o seu todo. Conforme o território das ocupações coloniais foi sendo integrado ao sistema capitalista mercantil, suas terras interioranas passaram a ser exploradas pelos principais centros da colônia conforme as suas necessidades e interesses (que por sua vez são determinados diretamente pela metrópole internacional europeia). Como em certa espécie do reino animal, onde um determinado parasita controla o cérebro de formigas, ditando seus desejos e apetites, assim opera a classe dominante dominada, desde seus gostos para bens de consumo às formas brutais de exploração, são todas incorporados da metrópole, e intensificadas.

Nesse sentido, ao longo da expansão das relações capitalistas de produção, uma série de metrópoles com seus respectivos satélites foram formadas, sendo os satélites da metrópole europeia, a própria metrópole colonial para com uma série de satélites menores, onde o nível da exploração e de apropriação do excedente gerado é ainda mais acentuada até chegar ao limite máximo desta cadeia de exploração, a base da pirâmide, constituindo a célula dos trabalhadores rurais indígenas sob o sistema de encomiendas, o trabalho escravo nos canaviais ou a atividade pecuarista de subsistência aos arredores dos centros exportadores. Progressivamente, ao subir degraus na pirâmide, vemos que os expropriadores são também expropriados. Os comerciantes que exploram indígenas, por exemplo, num sistema de troca entre capital comercial e setor de subsistência, acabam sendo atravessados por comerciantes maiores, usurários, etc.

Em suma, o alicerce teórico de Frank baseia-se em três hipóteses fundamentais, que podem ser organizadas da seguinte maneira: a expropriação e apropriação do excedente econômico constitui o fundamento de qualquer modo de produção estruturado na exploração do homem pelo homem, assumindo no modo de produção capitalista inicialmente a forma de expropriação comercial e financeira, e depois desenvolvendo-se plenamente com a grande indústria e a relação de troca entre capital e força de trabalho, onde, como diria Marx, nos porões obscuros da produção ocorre a mágica da criação de mais valia. Mesmo nessa etapa avançada de desenvolvimento, o papel do capital comercial e financeiro continua significativo, chegando a intensificar-se. Os laços que a circulação de mercadoria assume amarram as diferentes partes da cadeia global de valor em hierarquias, que Frank denomina relações de metrópole e satélite, às quais permeiam todas as esferas do capitalismo, direcionando excedentes de um canto a outro deste elo. Por fim, a dialética de tais relações, condiciona a

mudanças e transformações, sem que se perca entretanto o caráter de continuidade no processo. A expropriação/apropriação do excedente, a relação metrópole-satélite e a continuidade na transformação constituem em conjunto o pilar analítico frankiano.

Sob esse panorama teórico, o autor analisa o desenvolvimento das economias do Chile e do Brasil, assim como a questão indígena (sobretudo na sociedade mexicana). A partir do caminhar histórico e da materialidade factual cria-se um panorama holístico dessa realidade “periférica”, as particularidades históricas de cada um dos países é inserida nessa dinâmica totalizante, nas estruturas que determinam a própria expressão destas particularidades. No entanto, o autor ao enfatizar estas grandes estruturas determinantes do movimento das sociedades não anula a agência dos grupos ou células que a constituem, ou seja, não despreza a luta de classes em sua análise. A vitalidade das classes e seu movimento se revela ao longo de toda obra, vez que os Estados não são idealizados enquanto monólitos dotados de vontade própria. A versatilidade da teoria é justamente a flexibilidade com que abarca diferentes agentes sociais que compõem o todo, seu ponto de partida.

Portanto, Frank já parte do pressuposto do capitalismo enquanto um sistema totalizante, que abarca distintas formações sociais, com suas particularidades, subordinando-as à lógica da acumulação de capital. Logo a estrutura da sociedade capitalista se manifesta de diferentes maneiras conforme esta se expande por distintas regiões do globo e de suas respectivas funções nesta macroestrutura. O desenvolvimento do capitalismo no Chile (desenvolvimento do subdesenvolvimento chileno) é assinalado enquanto a própria razão de estabelecimento da colônia do Chile. Frank ressalta que a colonização da América Latina foi um empreendimento levado a cabo pelo capital comercial/mercantil de Portugal e Espanha, famintos pelo “dinheiro americano” que os levariam a monopolizar a oferta de mercadoria das índias orientais para os demais mercados europeus - algo que o autor irá se ater mais detalhadamente em sua obra *ReOrientar*, de 1998 - sendo o continente latino americano conquistado justamente para satisfazer as necessidades econômicas da Europa, marginalizada na economia mundial já existente, onde o oriente era seu centro dinâmico.

Frank demonstra como a ocupação e colonização do Chile foi adiada devido à falta de metais preciosos encontrados, sobretudo em relação ao seu vizinho Peru e onde os espanhóis estabeleceram seus principais assentamentos e cidades, justamente por constituir seu principal centro extrativista na América do Sul. Nesse sentido, o Vice Reinado do Peru constituía o principal satélite colonial espanhol na América do Sul durante o século XVI, sendo o próprio Vice Reinado a metrópole regional (sobretudo suas zonas urbanas onde a elite colonial dirigente residia) para com a província do Chile que ocupava até então uma posição auxiliar à economia

extrativa de mineração. O país então tornou-se um fornecedor de produtos animais, como carne, sebo, peles e couro no século XVII para o Vice Reino do Peru, estabelecendo uma relação indireta com a metrópole espanhola na Europa e que traria consequências distintas para estes dois países da América do Sul.

Assim como o caso brasileiro, Frank expõe que o vínculos mais frouxos de dependência com a metrópole permitem que o satélite estabeleça um maior número de atividades autônomas e que não correspondam diretamente ao centro dinâmico do exterior. Descreve dois tipos de involução decorrente do afrouxamento dos laços de dependência: a involução ativa e a passiva. A primeira ocasionando uma regressão à formas primitivas de subsistência e a segunda resultando no contrário, com crescimento econômico nas indústrias e manufaturas.

A forma então que a dependência atuará nos países e nas distintas regiões dos respectivos países descansa em uma rede fluida e complexa de relações que se estabelecem a partir desse vínculo maior ou menor.

No Chile, após a decadência do centro metropolitano regional que representava o Vice Reino do Peru, a demanda do mercado externo exerce maior atratividade para aquela série de atividades que se desenvolveram na região durante sua “marginalização”. Isso se confirma por um crescimento da atividade manufatureira local e o boom da agricultura de trigo impulsionada pela demanda externa, o que até mesmo sobreporia o controle espanhol da província em detrimento da Inglaterra. Frank estabelece como o Chile gozou de uma posição um tanto mais privilegiada para com seus demais vizinhos andinos ao ter desenvolvido uma matriz econômica mais variada e por tanto, um dinamismo maior e um excedente potencial superior para ser invertido internamente. No entanto o estreitamento dos vínculos econômicos com o mercado exterior após o período de independência no século XIX, bem como a guerra civil de 1891 que destituiu o presidente nacionalista José Manuel Balmaceda e vinculou a indústria dos nitratos ao capital britânico intensificou a expropriação do capital estrangeiro sobre o país, bem como o próprio desenvolvimento da indústria no país e demais atividades econômicas que aparentemente diversificam a economia e aumentam sua fluidez, foram nada mais que o resultado do desenvolvimento do subdesenvolvimento, tendo justamente a industrialização do país o tornado ainda mais dependente das economias imperialistas centrais. Assim, como fica ainda mais explícito no caso brasileiro, esse desenvolvimento internacionalizou as economias latino americanas, que segundo o autor, tornaram-as nos marcos do capitalismo e da divisão internacional do trabalho, cronicamente ligadas a espoliação das metrópoles mundiais, num primeiro momento a Inglaterra e posteriormente os Estados Unidos.

A análise do caso brasileiro traz dois pontos muito pertinentes, tanto à teoria da dependência e do subdesenvolvimento quanto para pensar a história do desenvolvimento econômico e social do Brasil em suas diferentes regiões e setores, sobretudo na divisão campo-cidade. O autor, que demonstra um conhecimento singular da história brasileira, discorre de como esse sistema totalizante da economia de mercado atuou de maneira diferenciada, estabelecendo vínculos de dependência específicos que atuaram de maneiras diversas nas diferentes regiões do Brasil e sua inter comunicação deram origem aos conflitos e contradições que o país enfrentou durante as decisivas transformações que país enfrentava no século XX. Assim o autor lança uma crítica devastadora ante as discussões sobre o atraso na agricultura brasileira e suposto feudalismo ali reinante e responsável pelo afirmado atraso. Sendo essa discussão de fundamental importância para o debate sobre a questão agrária nacional, que a circulava durante o século passado, tendo a tese do feudalismo caído nas graças dos setores da direita à esquerda revolucionária (sobretudo dos teóricos do PCB) que disputavam politicamente os rumos do processo de industrialização e “modernização do país. Ambas as posições seriam contestadas pelo autor, levantando tanto as inconsistências teóricas da caracterização “feudal” bem como factuais, o que assinala a alcunha de herege de Gunder Frank.

É interessante observar como o autor analisa o desenvolvimento das diferentes regiões do Brasil historicamente com sua conexão ao sistema capitalista mundial (sendo as relações capitalistas presentes ali desde a conquista colonial) e suas relações internas, umas com as outras, dentro do sistema polarizado de metrópole-satélite. Ressalta-se aqui um pressuposto teórico do autor que quanto mais fraco as conexões do satélite à metrópole maior é o excedente potencial passível de ser invertido dentro da economia do satélite e conforme o centro metropolitano exterior se afasta ou é impedido de manter os vínculos que o ligam ao satélite (no caso de uma crise ou guerra na metrópole) maiores as chances de desenvolvimento e crescimento da renda na economia subalterna, tendo o autor estabelecido que a crise na metrópole produz sua contraparte num período de desenvolvimento das forças produtivas do satélite. Frank analisa esse pressuposto tanto para a economia colonial, como da crise europeia do século XVII e o florescimento de atividades manufatureiras no Chile e no Brasil, bem como durante a grande crise no século XX de 1914-1945, onde as forças produtivas presentes no satélite brasileiro, ao perderem o mercado consumidor no exterior, bem como seus fornecedores tradicionais de bens de consumo, utilizaram o potencial produtivo instalado em uma política de substituição de importações, o que trouxe uma mudança fundamental na circulação da renda e impulsionou o processo de industrialização periférica do país (vez que ainda era dependente

dos bens de capital para a produção dos bens de consumo substituídos). É notável como Frank se aproxima aqui aos demais adeptos da teoria dos choques adversos, ao demonstrar a face “positiva” que a crise na metrópole exerce sobre o satélite. Distancia-se porém dos desenvolvimentistas da época, quando pontua que a falta de uma ruptura radical naqueles momentos de brecha sistêmica impediram justamente o aprofundamento estrutural da ruptura na base produtiva. Aqui talvez tenha faltado a ele a análise interna dessas estruturas, como fez Marini, com a categoria da superexploração. Deixando de tocar profundamente no problema da realização enfrentado pela economia periférica e na superexploração da força de trabalho, causa e consequência daquela, Frank não explica satisfatoriamente o motivo da incapacidade no capitalismo periférico, mesmo em momentos prósperos, de geração endógena de ciclos robustos de acumulação. Apesar disso, consegue vislumbrar, sempre no nível das relações de mercado e suas estruturas internas coercivas, como o capital estrangeiro retorna enquanto necessidade, após cada revolução no caráter do monopólio: antes comercial, depois industrial, depois financeiro e tecnológico, abraçando os satélites até o sufocamento.

Outro apontamento crítico possível, é a quebra da pretensa universalidade da teoria frankiana ao não explicar certos processos localizados de “evolução ativa”, onde os vínculos com a metrópole se estreitaram em paralelo ao crescimento industrial. Tomando como exemplo o caso brasileiro, aqui ocorreu crescimento industrial fundamentado na expansão do capitalismo cafeeiro no Brasil e no aperto no laço de dependência para com as metrópoles, seja no chamado complexo agroexportador, seja na indústria de bens de consumo destinadas às classes subalternas e médias, que paulatinamente passaram a integrar a camada monetarizada da economia, com o assalariamento no campo e o crescimento do comércio e serviços nas cidades. O impulso à indústria resultante criou uma capacidade produtiva mínima, aproveitada e expandida na década de 30, após a crise no setor cafeeiro que deixou a indústria em estado de subutilização.

Estes, no entanto, são tropeços perdoáveis para um autor de tamanha envergadura, com o elevado grau de generalidade presente em seu arcabouço analítico.

Voltando ao fio da obra, o Brasil cumpre função fundamental no abastecimento do mercado exterior com suas matérias primas desde sua origem, dos canaviais até a era da economia cafeeira. O nordeste brasileiro teria sido a primeira região a ser ligada a esse sistema mundial capitalista já no século XVI, tendo experimentado o processo de subdesenvolvimento e sua irradiação pelo interior do território, como as zonas interioranas produtoras de gado e derivados para os engenhos de açúcar no litoral. Frank comenta como a região nordestina teria experimentado a formação de um vínculo mais estreito com a metrópole, vez que o conjunto

das atividades econômicas presentes na região gravitavam em torno da cana de açúcar e sua exportação. Quando o centro metropolitano internacional (representado a época por Portugal) tinha sua demanda inibida ou enfraquecida (como em decorrência da União Ibérica de 1580-1640) a economia do satélite passava por uma involução passiva, onde não tendo capacidade instalada de substituir a demanda externa por um mercado interno consumidor, a economia do satélite retrocede a uma produção de subsistência e de fuga de capitais da zona produtiva para o exterior.

O processo pelo qual o sudeste brasileiro viria a ser integrado ao sistema mercantil se daria de maneira indireta para com a metrópole colonial portuguesa e também como satélite da própria economia açucareira nordestina (de forma análoga ao que o autor estabelece para o Chile e sua relação com o Vice Reinado do Peru e, por óbvio, a Espanha) o que permitiu que as atividades econômicas que ali se desenvolveram tivessem um grau de autonomia maior em relação à economia da metrópole e o mercado Europeu. Dessa forma, o circuito do ouro viria a incidir sobre uma estrutura social já diferenciada da contraparte nordestina e moldada por uma característica mais “equitativa” da economia mineira, onde as estruturas rígidas do engenho não existiam. Assim, o esgotamento da economia mineira viria a resultar em uma estrutura em que renda gerada fora distribuída em número maior de pessoas com um número mais diverso de atividades econômicas resultantes desse ciclo econômico. Percebe-se que a teoria de Frank é pensada de forma holística, com vistas a integrar o maior número de variáveis sociais das mais distintas matizes a fim que se monte o grande quebra cabeça, pelo qual cada peça só ganha sentido ao ser posta no seu devido lugar e em permanente contato com as demais. A diversidade aqui é uma manifestação da totalidade e resultante da mesma.

A discussão sobre o caráter feudal da estrutura agrária brasileira se insere naquilo que Frank entende como a totalidade capitalista. Para o autor o feudalismo jamais teria sido possível na América Latina, dizendo respeito a um fenômeno muito específico da história europeia e cujo seus componentes classistas não estariam na vanguarda, ou não seriam o motor, daquilo que resultou na colonização do Novo Mundo e sua função enquanto reserva de valor para a Europa se inserir no mercado mundial dominado pela Ásia. Tendo a colonização sido empreendida pelo capital comercial português e espanhol, as relações de produção aqui desenvolvidas estariam condicionadas por relação de compra e venda racional, cujo os agentes procurariam extrair os maiores rendimentos possíveis da empreitada colonial, e com isso se justificaria o tráfico atlântico de escravizados africanos para o Brasil e às Antilhas, a encomienda na América espanhola com a abundante mão de obra indígena, a grande

propriedade latifundiária e, por consequência, o aparente “atraso” da agricultura brasileira ainda no século XX, que para o autor, não era explicável pela raiz feudal da época colonial.

André Gunder Frank cimenta seu caráter de herege ao desafiar tanto a perspectiva liberal de direita da época e de seus teóricos burgueses, a quem ele se refere, vez ou outra, de forma indireta à Celso Furtado e sua concepção modernizadora da sociedade brasileira a fim que se criasse as condições políticas e institucionais para o desenvolvimento capitalista brasileiro, à imagem e semelhança dos países metropolitanos. Da mesma forma que desafiava a tradição marxista ortodoxa do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que afirmava o atraso do campo brasileiro e seus aspectos feudais, donde as classes dominantes até então retiravam seu poder material e eram politicamente reinantes e responsáveis pelo atraso e subdesenvolvimento do país. Disso resultava a política de aliança do partido e dos quadros da esquerda trabalhista que encabeçam o governo na época, a fim que se estabelecesse uma revolução burguesa nacional ou uma modernização burguesa da sociedade nos marcos do capitalismo, com a reforma urbana, reforma universitária, reforma orçamentária e fiscal e, claro, a reforma agrária.

A análise holística da economia capitalista por Frank permite que este veja que a estrutura agrária supostamente feudal do campo brasileiro à época estava integrada de maneira indissociável do modelo “modernizador” dos setores da economia urbana, que o desenvolvimento desta última era ancorada na divisas que o setor agrário exportador auferia, com seus relativos baixos custos de produção, mão de obra barata e abundante e o monopólio da terra. A pouca mecanização do campo nesse sentido e seu vínculo umbilical com o capital internacional (que monopolizava a distribuição dos víveres da terra no país, como o autor expõe quando analisa o domínio dos frigoríficos estrangeiros sobre o produtor rural) e pauperização do campesinato e pequeno produtor eram produtos diretos do desenvolvimento do subdesenvolvimento capitalista na região e não, como diziam muitos dos intelectuais da época, da pretensa falta de capitalismo no país, sobretudo em seu setor rural. Hoje é possível perceber o quão lúcido foi o autor em sua análise, visto que a modernização no campo brasileiro se deu em um contexto de aprofundamento da crise e da dependência e do desemprego no país e que de nada serviu para tirá-lo da condição de subdesenvolvimento que ainda o caracteriza.

De certa maneira, quando trata da situação no campo brasileiro, aproxima-se muito de Marx, ao abordar a Irlanda, durante a revolução agrícola em meados do século XIX. Lá, que por sinal tratava-se - usando a terminologia frankiana - de um satélite da Inglaterra em sua forma mais pura, a fome e o despovoamento via óbito e emigração decorrente da crise de 1846 deu-se em conjunto com um acréscimo da massa de mais valia apropriada por proprietários e arrendatários e, mais ainda, com um acréscimo dos supranumerários, o exército industrial de

reserva. De um lado a propriedade se concentrou e centralizou, incorporando muitos territórios que antes pertenciam aos pequenos proprietários, capitalizando assim boa parte do setor e abrindo deste modo caminho para a penetração da revolução agrícola no país, que de outro lado transformou em supranumerária massas inteiras da população camponesa, contrabalanceando o decréscimo populacional absoluto. Aqui e lá, as revoluções agrícolas permitiram a introdução de maquinaria, novas técnicas, etc, contando com uma base fundiária extremamente concentrada como condição. A modernização capitalista do campo acentua o desemprego e a polarização econômica, permitindo realizar uma superexploração a baixos custos da carne humana campesina. Talvez a diferença fundamental entre o caso brasileiro e o irlandês seja o destino da população excedente. Na sua maior parte, os camponeses irlandeses vítimas do processo, refugiavam-se nas cidades, mas continuavam trabalhando no campo. No caso brasileiro do século XX, absorveu-se de forma muito mais intensa a população excedente em atividades citadinas propriamente, mesmo que na forma de superpopulação estagnada (informalidade, etc.)

Já que para Frank o todo é muito mais que a mera soma das partes que o compõe, sendo o estudo das mesmas desprovido de seu sentido completo quando analisadas isoladamente, o autor encara que a análise de fatores que se enxergam como puramente econômicos não podem ser dissociados dessa visão holística pela qual ele concebeu o subdesenvolvimento capitalista latinoamericano. Sendo sua análise da inflação, que é muito breve diga-se de passagem, inserida nesse contexto macro da economia global. A inflação crônica dos países satélites da América Latina (e Frank explica usando o Brasil como exemplo) é resultado do subdesenvolvimento que insere o país nas posições mais subalternas da divisão internacional do trabalho e exerce uma pressão negativa sobre os termos de troca, impondo estrangulamentos ao processo de substituição de importações pela pressão na balança de pagamentos e no câmbio. E deixando como alternativa à burguesia nacional a superexploração da força de trabalho via intensificação e prolongamento da jornada e redução de seu valor, como desenvolveu posteriormente Marini. O peso, diante desse processo, recai principalmente sobre os satélites internos do país, explorados pelas metrópoles nacionais e estrangeiras.

Frank enfatiza muito em sua análise a etapa da circulação da renda e das mercadorias e atribui a extração do excedente no satélite pela metrópole o papel predominante, e de certa maneira inerente da economia capitalista, do monopólio estrangeiro sobre os meios de distribuição das mercadorias e posteriormente dos canais de distribuição de crédito pertencentes ao capital financeiro internacional, sobretudo dos Estados Unidos, na seção que o autor analisa o imperialismo contemporâneo e suas manifestações na América Latina. Assim, seja o

monopólio das ferrovias exercido pelos britânicos no século XIX que extraía excedente da produção rural no caso do cafezais brasileiros ou das minas de nitratos no Chile, seja o monopólio de máquinas e equipamentos estadunidenses para a produção de eletroeletrônicos no século XX, seja até a posse direta dos capitais aqui localizados, são todos meios pelos quais o valor da produção no satélite é expropriado pela metrópole, o que é a causa da deterioração dos termos de troca e motivo pelo qual os satélites se endividam com os financistas da metrópole para pagar pela operação das mesmas, o que aprofunda em escala geométrica a economia do satélite aos mandos e desmandos da metrópole imperialista.

É inegável a imensa contribuição de André Gunder Frank, ao romper as visões débeis sobre a dependência e lançar as bases para o desenvolvimento futuro da TMD. Em que pesem as limitações de sua teoria, especialmente no que tange à correta separação entre as esferas da produção de valor e a de sua circulação, necessária para entender adequadamente os impasses mais profundos do capitalismo dependente, o autor conseguiu captar de modo holístico e profundo, como já dissemos, a realidade periférica e as causas reais do atraso econômico. Sua leitura é mais do que obrigatória para todo estudante latino-americano de economia e demais ciências sociais que não aceitam acriticamente os dogmas da ideologia burguesa.

Referências

FRANK, André Gunder. **Capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina**: estudos históricos do Chile e Brasil. Tradução de Nícia Nogara. Florianópolis: Insular, 2025.

FRANK, André Gunder. **ReOrientar**: economia global na era asiática. Tradução de Caciano Machado. Florianópolis: Insular, 2025.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Org.). Ruy Mauro Marini: Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 137-180.